

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº. 23079.036207/2019-22

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente pregão tem por objeto a implantação de sistema de registro de preços, com vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da UFRJ/PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA na ata de registro de preços, para aquisição parcelada, conforme necessidade, de materiais de consumo de uso comum para o Almoxarifado Central da Universidade Federal do Rio de Janeiro conforme especificação detalhada constante no Título 3 deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O Almoxarifado Central da Pró-Reitoria de Gestão e Governança, solicita abertura de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços.
- 2.2. A abertura deste processo licitatório objetiva, ainda, viabilizar o fornecimento de Itens previstos no PAC (Plano Anual de Contratações) para o ano de 2020 e as informações foram retiradas do PGC (Planejamento e Gerenciamento das Contratações) cujo preenchimento ocorreu, por parte das Unidades solicitantes, ao longo do exercício atual. Esta iniciativa tem como base, estabelecer a centralização as contratações no âmbito da UFRJ e está em consonância com os apontamentos dos órgãos de controle interno e externo que auditam esta IFES.
- 2.3. O Almoxarifado Central, dentre outras atribuições, é responsável por atender demandas de todas as unidades da UFRJ que se abastecem de nossos estoques incluindo Reitoria, Pró-Reitorias, Restaurantes Universitários, Escritório Técnico, Prefeitura Universitária dentre outros.
- 2.4. A aquisição/contratação dos materiais permitirá atender a Instituição com materiais de uso comum. A ausência dos materiais poderá ocasionar dificuldade na realização de trabalhos rotineiros que necessitem tais materiais. Os quantitativos previstos foram estimados com base no histórico de utilização de cada item, fornecido pelos demandantes através do PGC.

2.5. Demais Unidades da UFRJ, integrantes do SISG, farão adesão através da IRP (intensão de registro de preços), ação esta que será coordenada pela Coordenação de Licitações da PR-6, devendo o quantitativo informado estar de acordo com o quantitativo cadastrado no PCG da Unidade.

2.6. Visando atender à necessidade de maneira contínua e com quantitativos adequados ao volume de trabalho de cada unidade, solicitamos que seja realizado registro de preços dos itens licitados, com vigência para 12 (doze) meses.

2.7. A escolha da modalidade Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços encontra amparo no inciso I e IV do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, e se justifica pela necessidade de contratações frequentes, pela necessidade de entregas parceladas do objeto, pela necessidade de atendimento a diversas unidades da UFRJ e pela impossibilidade de definição prévia do quantitativo a ser demandado. Esta modalidade também facilita o trabalho de planejamento orçamentário das Unidades, possibilitando uma melhor aplicabilidade dos recursos ao longo do exercício.

3. ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ORÇAMENTO ESTIMADO

I T E M	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	Und	Qtd. Total	Valor Unitário – máximo estimado	Valor Total
1	AÇÚCAR, TIPO REFINADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BRANCO, EMBALAGEM DE 1KG	463996	Kg	5.820	R\$ 2,21	R\$ 12.862,20
2	"CAFÉ, TIPO EXTRA FORTE TORRADO EXPORTAÇÃO, APRESENTAÇÃO MOÍDO, HOMOGÊNEO, TIPO EMBALAGEM ALTO VÁCUO, VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO, CATEGORIA SUPERIOR, CONSTITUÍDO DE GRÃOS TIPO 6 COB, COM NO MÁXIMO 10% EM PESO DE GRÃOS COM DEFEITOS PRETOS, VERDES E OU ARDIDOS (PVA) E AUSENTE GRÃOS PRETO-VERDES E FERMENTADOS, GOSTO PEDOMINANTE DE CAFÉ ARÁBICA, ADMITINDO-SE CAFÉ ROBUSTA (CONILON), COM CLASSIFICAÇÃO DE BEBIDA DEVERÁ ESTAR ENTRE MOLE A RIO, ISENTO DE GOSTO RIO ZONA. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS RECOMENDÁVEIS E NOTA DE QUALIDADE GLOBAL DA BEBIDA: CAFÉS COM CATEGORIA DE QUALIDADE SUPERIOR DEVEM APRESENTAR AROMA E SABOR CARACTERÍSTICO DO PRODUTO,	463574	PCT	9.255	R\$ 7,44	R\$ 68.857,20

<p>PODENDO SER SUAVE OU INTENSO E OBTER EM ANÁLISE SENSORIAL DA BEBIDA, NOTA DE QUALIDADE GLOBAL ACIMA DE 6,0 PONTOS, REALIZADA POR EQUIPE SELECIONADA E TREINADA EM LABORATÓRIOS CREDENCIADOS, FAZENDO USO DE ESCALA DE 0 A 10 PARA QUALIDADE GLOBAL. CARACTERÍSTICAS QUÍMICAS (EXIGIDAS PARA CADA G/100G): UMIDADE EM 5% NO MÁXIMO; RESÍDUO MINERAL FIXO EM 5% NO MÁXIMO; RESÍDUO MINERAL FIXO, INSOLÚVEL EM ÁCIDO CLORÍDICO A 10% V/ V EM 1,0% NO MÁXIMO; CAFEÍNA EM 0,7% NO MÍNIMO; EXTRATO AQUOSO EM 25% NO MÍNIMO; EXTRATO ETÉREO EM 8,0% NO MÍNIMO. DE DIVERSOS SABORES, ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS CONTENDO 500G CADA, TIPO CAFÉ DO SÍTIO A VÁCUO, BARONESA SUPERIOR A VÁCUO, MELITA EXTRA FORTE A VÁCUO, PILÃO EXTRA FORTE A VÁCUO OU SIMILAR.</p> <p>PACOTE C/ 500G</p>						
						R\$ 81.719,40

3.1. Estimativa de Consumo do órgão Gerenciador - UASG 153115 e das unidades participantes.

ITEM	Qtd. UASG 153115	Qtd. UASG 158240	Qtd. UASG 153154	Qtd. UASG 153137	Qtd. UASG 153133	Qtd. UASG 153157	Qtd. UASG 153490	Qtd. UASG 153145	Qtd. UASG 158229	Qtd. UASG 153128	Qtd. UASG 153132	Qtd. TOTAL
1	3.464	6	400	150	200	416	150	350	0	100	584	5.820
2	6.273	10	450	300	200	832	300	280	50	110	450	9.255

3.1.1. Os itens devem ser de primeira qualidade e de acordo com as especificações e condições adequadas para seu uso. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO reserva-se o direito de proceder a inspeção de qualidade do(s) mesmo(s) e a rejeitá-lo(s), no todo ou em parte, se estiver(em) em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a licitante contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

3.1.2. Os códigos e descrições do "CATMAT", constantes do "SIASG", citados pelo "Comprasnet" podem eventualmente divergir da descrição dos itens licitados

quanto às especificações e outras características. Havendo divergências quanto ao código/descrição CATMAT, valem as especificações detalhadas neste Termo de Referência;

3.1.3. O quantitativo mínimo para entrega será de 20%(vinte por cento) do quantitativo total.

3.2. O Item 2, ainda, deve atender às seguintes especificações:

3.2.1. As marcas de café poderão ter o Selo de Pureza da ABIC e / ou Certificado de Qualidade na Categoria Superior emitido pela ABIC.

3.2.2. As marcas de café que não apresentarem o Selo de Pureza da ABIC ou o Certificado de Qualidade na Categoria Superior ou maior, emitido pela ABIC, deverão comprovar a qualidade especificada para o produto, mediante a apresentação de laudo emitido em laboratório credenciado pela ABIC, ou laboratório credenciado junto ao Ministério da Saúde / Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde – Reblas, na forma do Acórdão TCU n.º 1985 / 2010-Plenário, Acórdão TCU n.º 1354 / 2010-1ª Câmara e Acórdão n.º 1.310 / 2010, da 1ª Câmara, correndo todos os custos por conta da empresa contratada.

3.2.3. O café deverá seguir as seguintes regulamentações:

3.2.3.1. Resolução n.º 277 / 05, de 23 de setembro de 2005.

3.2.3.2. Resolução SAA-37, de 09 / 11 / 01, acrescida da SAA-07 de 11 / 03 / 2004 da SAAESP (Norma Técnica para Fixação da Identidade e Qualidade do Café Torrado em Grão e do Café Torrado e Moído), no que se refere especificamente à metodologia de prova dos atributos sensoriais e da qualidade global.

3.2.3.3. Instrução Normativa N.º. 08 do Ministério da Agricultura.

3.2.4. Após a(s) entrega(s) a Instituição reserva-se o direito de encaminhar duas amostras do café fechado e lacrado, colhidas no lote fornecido, para a realização de análises em laboratórios credenciados pela ABIC ou Reblas, correndo, o custo destas análises, por conta da Contratada.

3.2.4.1. Nos casos de reprovação, todo o lote será devolvido, devendo ser repostado num prazo máximo de 07 (sete) dias após a comunicação de irregularidade. Em nenhuma hipótese a fatura será liquidada sem o conhecimento prévio do resultado da análise sensorial, ficando por conta do licitante vencedor os custos com a referida análise.

3.3. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.3.1. Na presente contratação, serão exigidos os seguintes parâmetros de sustentabilidade:

3.3.2. Os materiais deverão ser acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; tal verificação se dará no momento do recebimento do material.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os materiais a serem adquiridos através deste certame são considerados bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por este termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da nota de empenho, em remessa parcelada, nos seguintes endereços:

5.1.1. **Universidade Federal do Rio de Janeiro (UASG 153115):** Rua Paulo Emídio Barbosa, s/nº Cidade Universitária Ilha do Fundão, Rio de Janeiro RJ - Almoxarifado Central.

5.1.2. **Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos /UFRJ (UASG 158240):** Avenida Pasteur, 250, edifício anexo do CFCH, 3º andar, Campus Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro/RJ.

5.1.3. **Instituto de Biologia da UFRJ (UASG 153154):** Avenida Carlos Chagas Filho, 373, CCS, BL. A Sala 50- Ilha do Fundão/RJ – CEP: 21941902.

5.1.4. **Decanato Centro de Ciências da Saúde UFRJ (UASG 153137):** Rua César Pernetta, s/nº Cidade Universitária Ilha do Fundão, Rio de Janeiro RJ – Centro de Ciências da Saúde/Bloco N.

5.1.5. **Faculdade de Economia e Administração – UFRJ (UASG 153133):** Avenida Pasteur, 250 – 2º andar – Sala 248 – Praia Vermelha – Prédio FACC/UFRJ – Setor Almoxarifado.

- 5.1.6. **Decanato do Centro de Tecnologia da UFRJ (UASG 153157):** Avenida Athos da Silveira Ramos, 149 – CEP: 21941-909 – Bloco A, térreo – Cidade Universitária – Ilha do Fundão, Rio de Janeiro/RJ – Almoxarifado do Decanato do Centro de Tecnologia/UFRJ.
- 5.1.7. **Faculdade de Letras UFRJ (UASG 153490):** Avenida Horácio Macedo, 2151, sala D-121 (Almoxarifado) - Cidade Universitária - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 21941-917.
- 5.1.8. **Instituto de Biofísica da UFRJ (UASG 153145):** Rodovia Washington Luis km 104,5 (Sentido Centro RJ) – Santa Cruz da Serra – Duque de Caxias – RJ – CEP 25.265-970 – Setor: Almoxarifado.
- 5.1.9. **Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ (UASG 158229):** Avenida Carlos Chagas Filho, nº 373, Interbloco D-E, Prédio do Centro de Ciências da Saúde- Ilha do Fundão – CEP 21941-902.
- 5.1.10. **Decanato Centro de Filosofia e Ciências Humanas UFRJ (UASG 153128):** Avenida Pasteur, 250 – Praia Vermelha – Urca – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22.290-240- Serviço de Almoxarifado.
- 5.1.11. **Decanato Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (UASG 153132):** Avenida Pasteur, 250 – Palácio Universitário – Campus da Praia Vermelha – Urca/RJ.
- 5.1.11.1. **Instituto COPPEAD (UASG 153132):** Rua Pascoal Lemme, 355 – Cidade Universitária – RJ;
- 5.1.11.2. **IPPUR (UASG 153132):** Avenida Horácio Macedo, 2151 Prédio da Faculdade de Letras – Sala João do Rio (térreo) – Cidade Universitária – RJ;
- 5.1.11.3. **IRID (UASG 153132):** Avenida Pasteur, 250, Fundos – Campus da Praia Vermelha – Urca – RJ.

5.2. A compra será parcelada em quantas vezes forem necessárias, obedecidos os limites mínimos estabelecidos no presente instrumento, devido à necessidade de adequação dos ambientes e dos cadastramentos necessários, ambos em andamento.

5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 07(sete) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de

Referência e na proposta. Excetuando-se deste prazo os dias utilizados para o teste mencionado no item 3.2.3.4 do presente termo.

5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7(sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia modelo, procedência e prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1.O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (tinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2.Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6.Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7.Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,

regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.3. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

12.3.1. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.3.4. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

12.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.4. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

